

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Atividades de transbordo no rio Danúbio:
um caso de oceanopolítica**

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 180 • 12 de abril de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Instalação de grãos entre o rio Danúbio e o Mar Negro](#)

Por: Maksim Karpiuk

Fonte: Pexels

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



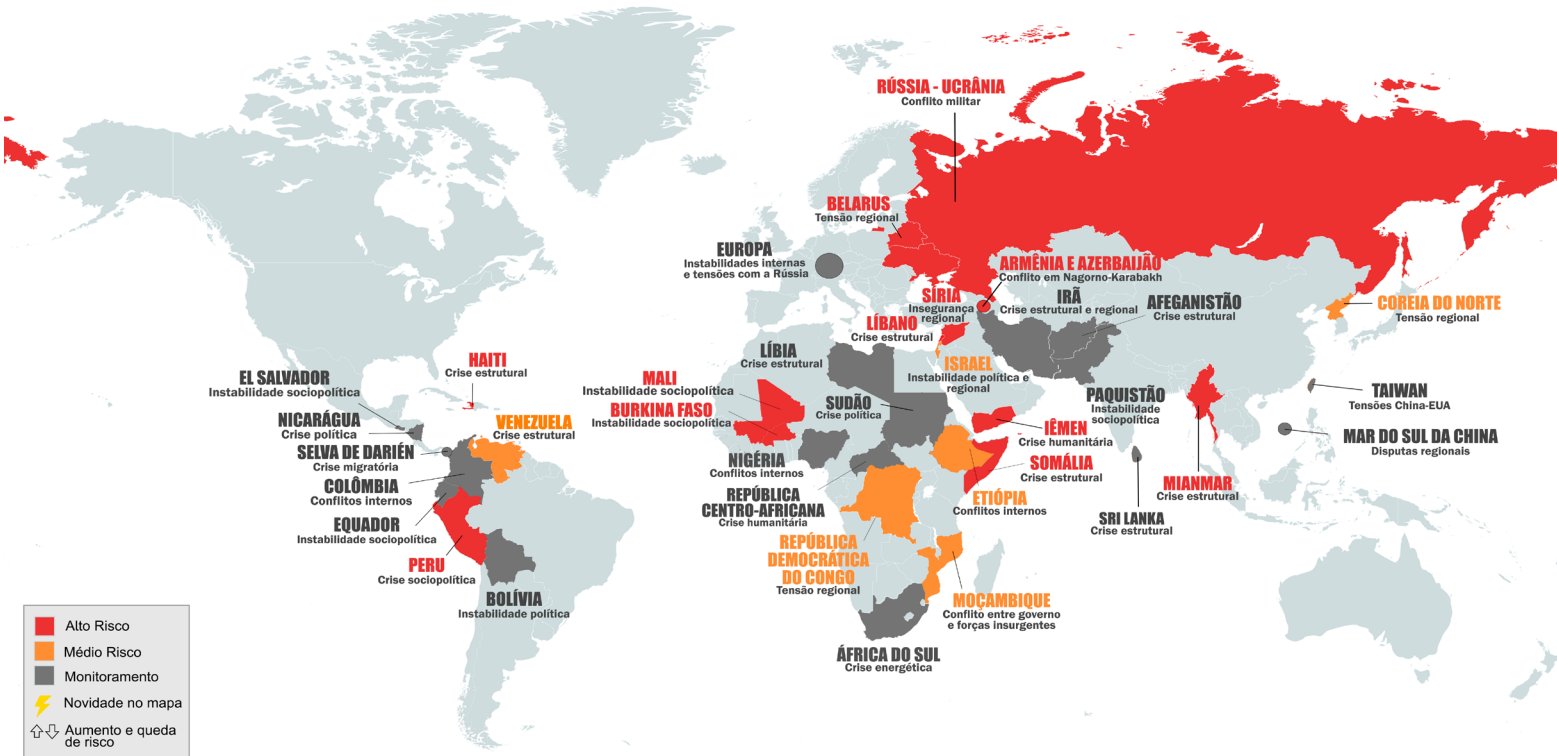
SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Dívida sanada: Paraguai paga a última parcela do Tratado de Itaipu ao Brasil.....5		Apelos por uma legislação de guerra na China..... 13	
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
A contenção migratória de haitianos no Caribe.....6		O atual contexto de segurança interna no Afeganistão..... 15	
Projeto <i>Willow</i> : segurança energética estadunidense ou plano exportador?.....7		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
ÁFRICA SUBSAARIANA		Filipinas e EUA incluem novas bases militares em acordo de cooperação 16	
Nigéria e as transformações da pirataria no Golfo da Guiné8		TEMAS ESPECIAIS	
EUROPA		A cooperação em cibersegurança entre Estados Unidos e Canadá: possibilidades de interpretação..... 17	
Uma perspectiva sobre a adesão da Finlândia na OTAN9		Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 18	
<i>Zeitenwende</i> : um discurso ou uma nova política alemã?..... 10		Calendário Geocorrente..... 18	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Referências..... 19	
A retomada diplomática e reinserção da Síria no cenário regional 10		Mapa de Riscos..... 20	
RÚSSIA & Ex-URSS			
Atividades de transbordo no rio Danúbio: um caso de oceanopolítica..... 11			
Transbordamento do conflito na Ucrânia para a Transnístria? 12			

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 20.

Dívida sanada: Paraguai paga a última parcela do Tratado de Itaipu ao Brasil

Fernanda Calado

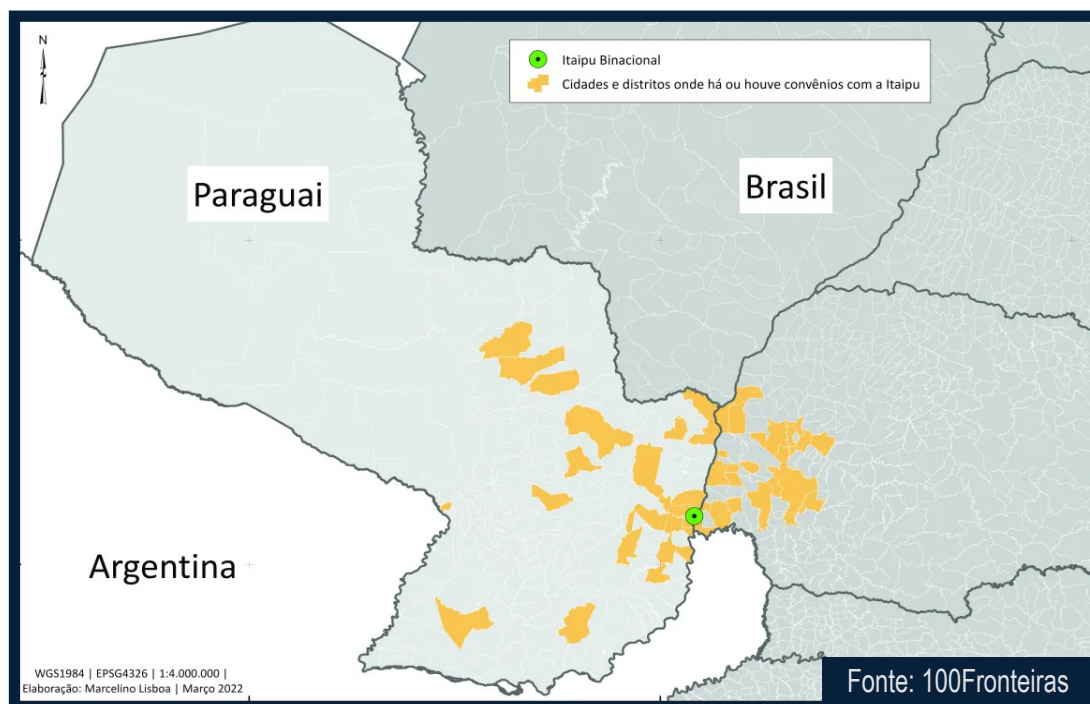
Fruto de negociações dos anos 1960, do momento econômico do “milagre” e do projeto “Brasil Grande Potência”, Brasil e Paraguai firmaram, em 1973, um acordo para a construção de uma hidrelétrica na fronteira entre os países, a Itaipu Binacional. O Brasil financiou o projeto, enquanto o Paraguai ficou responsável pela amortização da dívida durante 50 anos, mediante a venda de sua energia não-utilizada. Em 28 de fevereiro de 2023, o Paraguai pagou a última parcela da dívida. Assim, a necessidade de renegociação dos termos do acordo é sinalizada por ambos os países. Questiona-se, portanto, o que esperar dos Estados no novo acordo?

A hidrelétrica de Itaipu Binacional é econômica e politicamente estratégica para Assunção, pois responde por 90,7% de toda energia consumida. Não coincidentemente, o país reclama regularmente acerca de pontos do Tratado de Itaipu, especialmente sobre a exclusividade de venda da energia excedente ao Brasil, bem como sobre o “baixo valor” pago pelo parceiro. Os candidatos à presidência no Paraguai, Santiago Peña e Efraín Alegre, defendem a necessidade de renegociação de Itaipu em termos mais favoráveis aos paraguaios, sobretudo acerca da mudança na tarifa de energia e de quebra de exclusividade com o Brasil.

A usina fornece cerca de 8,6% da energia consumida pelos brasileiros. Com Itaipu, Brasília desenvolveu

tecnologia própria na construção de grandes barragens e incorporou ao seu setor elétrico diversas usinas hidrelétricas, consideradas fontes renováveis de energia. O Presidente Lula, em 16 de fevereiro de 2023, apontou a necessidade de um novo acordo entre Brasil e Paraguai com foco no desenvolvimento sustentável e na proteção ambiental. A postura brasileira corrobora o fato de sua matriz energética ser mais limpa do que a proporção mundial, com cerca de 44% em fontes renováveis, enquanto o mundo conta com aproximadamente 15% (2020–2021, conforme dados do Ministério de Minas e Energia brasileiro).

Fatores naturais, econômicos, sociais, geopolíticos e científicos definem as matrizes energéticas de um país e, na América do Sul, há grande participação da água como recurso energético. Independentemente do resultado das eleições paraguaias, marcadas para 30 de abril de 2023, pode-se esperar que o país demande a renegociação do acordo, sobretudo em termos de desenvolvimento energético, defendendo tanto a mudança tarifária, quanto a venda da energia excedente a outros compradores. Por parte do Brasil, que almeja projetar internacionalmente uma imagem de maior consciência ambiental, espera-se uma postura com foco no desenvolvimento energético e sustentável.



A contenção migratória de haitianos no Caribe

Victor Cabral

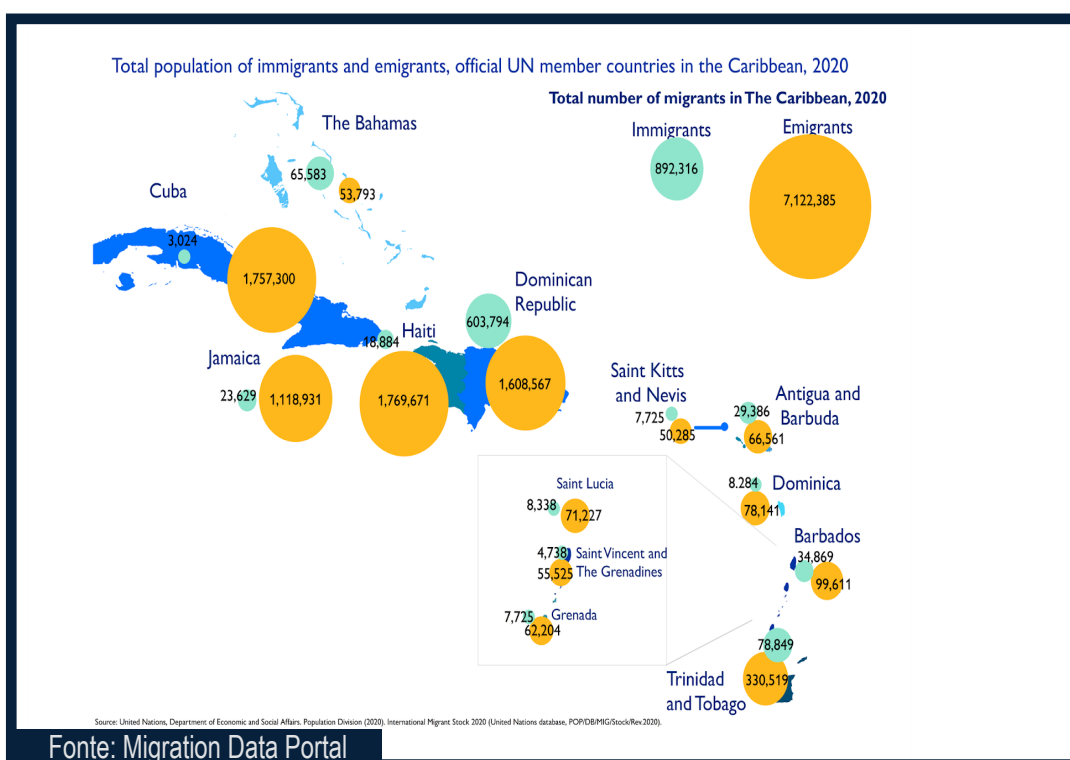
A crise estrutural no Haiti e a violência acentuada no país ([Boletim 178](#)) refletem-se no deslocamento e migração forçada dos haitianos que, pelo mar, vão em direção às Bahamas ou outras ilhas ao redor; por terra, para a República Dominicana (RD). Em resposta, esses países tentam conter tais fluxos, porém, em que medida suas ações podem violar tratados internacionais?

Luis Abinader, Presidente da RD, buscou, sem sucesso, apoio internacional na 28ª *Cumbre Iberoamericana*, realizada em março de 2023 em Santo Domingo, para a construção de um muro na fronteira de 380 quilômetros com o Haiti. O mandatário é criticado por impedir solicitações de refúgio e por deportar haitianos sem respeitar seus Direitos Humanos. Suas ações violam duas importantes convenções das quais a RD é signatária desde 1978: a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e o Pacto de San José, já incorporadas à legislação doméstica. Tais tratados determinam que o refugiado pode atravessar fronteiras, pedir ajuda, não ser devolvido ao país de origem e nem ser expulso enquanto persistirem suas razões para migrar forçadamente. Ademais, os haitianos denunciam que seu governo comete maus tratos, prisões arbitrárias, age com repressão policial e agressões físicas, que recaem, inclusive, sobre gestantes e menores de idade.

Ao tentarem outro destino, as Bahamas, os

refugiados haitianos deparam-se com distintos desafios. Embarcações com centenas de migrantes são interceptadas pela Guarda Costeira dos Estados Unidos, permitida a atuar nas águas bahamenses para conter o trânsito marítimo e migratório, além de oferecer suporte humanitário aos embarcados. Phillip Davis, Primeiro-Ministro, alega que o arquipélago não possui recursos para lidar com os migrantes, optando pela rejeição de pedidos de refúgio e pela deportação de haitianos. Em fevereiro de 2023, Nassau lançou a “*Operation Secure*”, ação coordenada de diversos órgãos governamentais para a contenção migratória haitiana, mesmo sob pedidos de suspensão de medidas dessa natureza pelas Nações Unidas aos países caribenhos.

A contínua escalada da crise haitiana não parece ter efetiva solução no curto ou até mesmo longo prazo, sustentando a emigração forçada de sua população para o exterior. A RD e as Bahamas violam convenções de proteção de refugiados ao rejeitarem migrantes. Com as medidas adotadas pelas nações vizinhas, os haitianos encontram-se em uma situação de vulnerabilidade persistente e cíclica, pois migraram forçadamente e ficam sob risco de deportação, expondo-se a novos riscos ao serem obrigados a retornar ao país do qual, um dia, precisaram fugir para sobreviver.



Projeto *Willow*: segurança energética estadunidense ou plano exportador?

Ana Carolina Vaz Faria

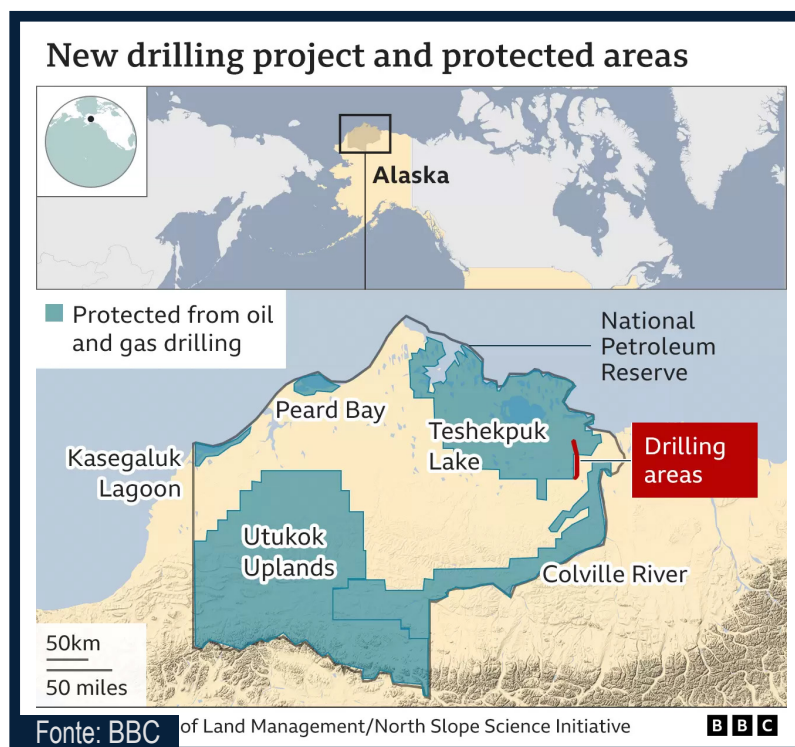
Em 2020, o Presidente estadunidense, Joe Biden, prometeu, em sua campanha eleitoral, o fim de novas extrações de petróleo e gás em terras federais. Contudo, em 13 de março de 2023, Biden aprovou o Projeto Willow, plano de US\$ 8 bilhões para extrair petróleo de terras federais imaculadas no Alasca. Conhecido como o primeiro "presidente climático" dos Estados Unidos (EUA), a aprovação do projeto é vista como uma grande ameaça ambiental e inconsistente com as promessas da administração Biden. Dentre diversas motivações, ganha evidência a garantia da soberania energética estadunidense, o que leva ao questionamento: quais são os principais problemas do Projeto *Willow* e seus possíveis desdobramentos?

O governo Biden possui como meta eliminar o uso de combustíveis fósseis como fontes energéticas nos EUA até 2035. Na atual conjuntura, aparentemente, tal medida mostra-se bem-sucedida, exemplo disso é o anúncio do maior investimento em descarbonização, de US\$ 6 bilhões, para transformar os EUA em uma economia global de energia limpa. Entretanto, os elevados preços do gás em meio a uma crise energética criada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, aumentaram a pressão geopolítica sobre o país. Dessa forma, o Projeto *Willow* foi aprovado pelo Congresso com a justificativa de impulsionar a produção doméstica de energia e diminuir a dependência

do petróleo estrangeiro. Contudo, esse plano geraria petróleo suficiente para liberar 9,2 milhões de toneladas métricas de carbono por ano, cenário incompatível com as metas do atual governo.

Para além das questões ambientais, há críticas acerca das intenções econômicas ligadas ao projeto: enquanto empresas estadunidenses dão apoio energético fundamental para a Europa no conflito russo-ucraniano, acredita-se que o Projeto *Willow* pretende impulsionar as exportações de petróleo e gás, considerando o objetivo do país de se tornar exportador líquido de petróleo ainda em 2023. Ainda, pela produção energética deste plano ter previsão de início apenas em 2029, até essa data, é possível que a economia de energia limpa já seja robusta o suficiente para tornar supérflua a produção de *Willow* para os EUA. Assim, acredita-se que tal projeto não influencie as necessidades energéticas de curto prazo do país.

Em suma, é possível afirmar que existe um potencial do Projeto *Willow* em apoiar interesses econômicos futuros de exportação estadunidense de petróleo e gás, mantendo países dependentes de combustíveis fósseis por mais tempo do que o necessário. Além disso, a aprovação do projeto também impõe uma contradição à gestão Biden, indo na contramão da sua proposta de governo de voltar-se ao combate da crise climática.



Nigéria e as transformações da pirataria no Golfo da Guiné

Franco Alencastro

A queda nos atos de pirataria no Golfo da Guiné (GoG, na sigla em inglês), nos últimos anos, pode trazer dividendos econômicos para a Nigéria ([Boletim 176](#)), conforme relatório de janeiro de 2023 do *International Maritime Bureau* (IMB, na sigla em inglês). Ao mesmo tempo, a maior vigilância sobre a pirataria marítima provoca um efeito colateral indesejável no país: o aumento dos ataques a cidades costeiras por grupos criminosos.

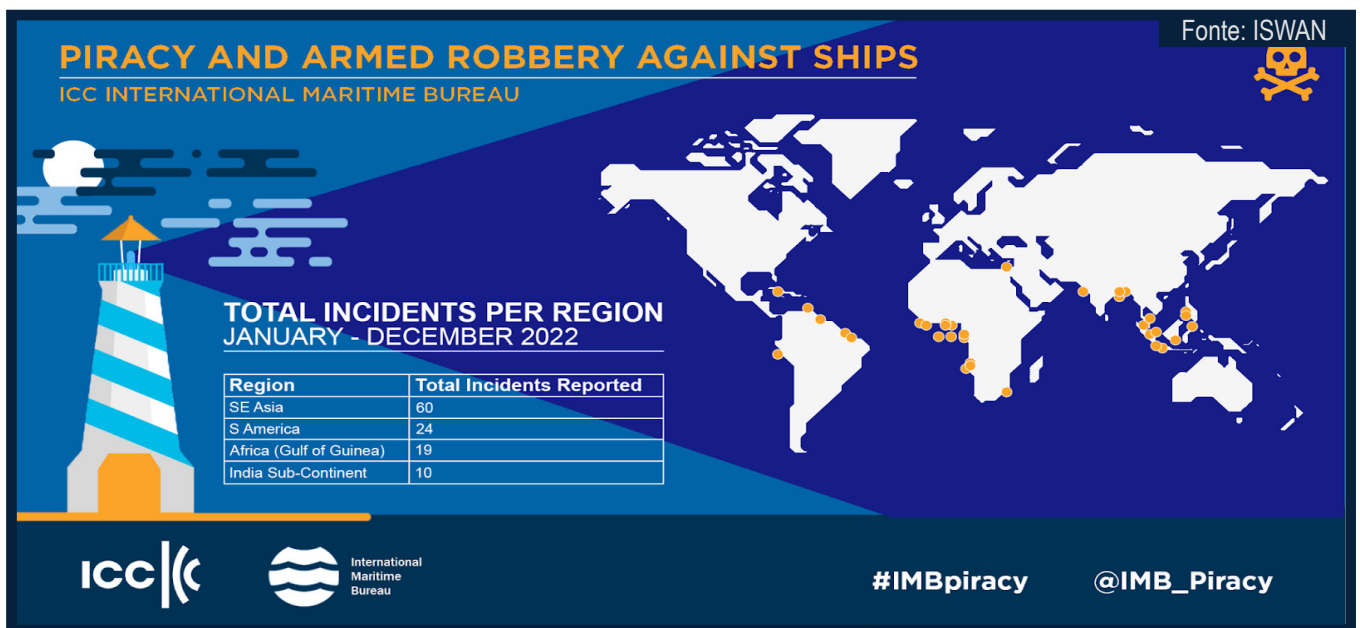
Abuja esteve à frente da redução dos atos de pirataria no mundo nos últimos anos: em 2018, de acordo com o IMB, registrou 48 atos de pirataria, um quarto do total mundial. Em 2022, o número de atos de pirataria na Nigéria caiu para zero, ao mesmo tempo, em que o número mundial caiu de 201 atos para 115 no mesmo período ([Boletim 156](#)). Estima-se, dessa forma, que o país seja responsável por mais da metade da redução dos casos de pirataria internacional.

A pirataria no Golfo da Guiné gerou, por anos, custos expressivos à região. Segundo estimativa do pelo relatório do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2022, os danos pelas atividades criminosas atingiram US\$ 1,9 bilhão, entre perdas às atividades econômicas e os valores de resgate pagos aos criminosos. A redução da pirataria, desse modo, pode representar um ganho expressivo para a economia do GoG. O maior dividendo

veio com a saída da Nigéria da lista, elaborada pelo IMB, de países propensos à atividade pirata. Com isso, ocorreu a redução dos custos de seguro pagos pelas embarcações na região em mais de 80%, decaindo de uma média de US\$ 5 mil para US\$ 946.

Cresce, entretanto, a possibilidade de que os grupos de piratas estejam modificando suas atividades para se adaptar a esse novo cenário. Por exemplo, um grupo de piratas tornou refém, em novembro de 2022, a vila de Issiet Hekim, no sul do país; quando a vila não pagou o resgate, o grupo respondeu destruindo seis casas. Outro desafio para o combate a este tipo de atividade é de que não há ainda um monitoramento específico voltado para a mesma e, deste modo, faltam estatísticas mais abrangentes sobre a frequência desse tipo de ataque a cidades costeiras. Atos semelhantes também são observados em roubos armados a plataformas de petróleo no litoral nigeriano, abrindo outra fonte de insegurança às petrolíferas e embarcações.

Existe, ainda, o risco de que esse novo *modus operandi* seja rotulado como fora do escopo do combate à pirataria. A partir disso, há possibilidades de os atores internacionais reduzirem seu empenho e direcionamento de recursos no combate à pirataria, por considerarem a mesma como um "assunto resolvido" em face do retrocesso estatístico dos casos relatados ao IMB.



Uma perspectiva sobre a adesão da Finlândia na OTAN

Gustavo da Hora e Rafaela Caporazzo

No último dia 04 de abril, decretou-se oficialmente a entrada da Finlândia como o 31º membro da OTAN. Após quase um ano de sua solicitação, o país nórdico deu início a uma nova colaboração estratégica com o Ocidente. Esse posicionamento é uma resposta direta aos conflitos em andamento no Leste Europeu desde fevereiro de 2022, e concretizam o fim da neutralidade de uma política de segurança que tenta ao máximo evitar conflitos com a Rússia. Isto posto, como essa medida influencia na Defesa finlandesa e na configuração geral da OTAN?

A adesão da Finlândia é marcada por um cenário de tensão europeu, resultado da expansão da aliança militar para o leste do continente. O país compartilha uma fronteira de 1.340 km com a Rússia e recorre à proteção desse acordo para evitar uma futura agressão de seu vizinho, que emitiu fortes declarações de reprovação à sua recente entrada na Organização, dado o aumento de poderio bélico de Helsinque. Para a Defesa finlandesa, isso significa ampliar sua participação nas operações junto aos outros países-membros, além de alinhar seu potencial militar com as demais potências da OTAN. A integração do país também vai permitir que as forças

finlandesas se juntem aos treinamentos e planejamento com os novos aliados, além de ter mais apoio financeiro para investir em segurança nacional.

Segundo o Secretário de Estado dos Estados Unidos, além do exército altamente capaz e da participação ativa da Finlândia nas operações lideradas pela Organização, a adesão do país fortalecerá a defesa coletiva e aumentará a capacidade de resposta aos desafios de segurança na área euro-atlântica. Com isso, observa-se que, estrategicamente, para o Ocidente, a aprovação finlandesa representa um avanço em termos de segurança no flanco oriental. Os planejadores militares da Aliança se preocupam há anos sobre como proteger seus três membros bálticos — Estônia, Letônia e Lituânia — de possíveis hostilidades. Por isso, geograficamente, é importante ressaltar que, após a adesão, a OTAN poderá expandir seu domínio no Báltico com Helsinque a menos de 70 quilômetros de Talín.

Portanto, conclui-se que, ao mesmo tempo que a adesão de Helsinque traz uma integração maior das forças finlandesas no treinamento e planejamento com seus aliados, também fortalece o espaço de manobra e a posição internacional da Aliança.



Zeitenwende: um discurso ou uma nova política alemã?

Marina Aufran

Há mais de um ano, em 27 de fevereiro de 2022, o Chanceler alemão, Olaf Scholz, prometia um novo começo para a Segurança e Defesa da Alemanha. A declaração de *Zeitenwende*, algo como “ponto de inflexão” em português, indicava a intenção de acabar com a dependência energética de seu país em relação à Rússia e modernizar suas Forças Armadas (*Bundeswehr*), prometendo atingir a marca de 2% do PIB em gastos de Defesa exigida pela OTAN. Entretanto, analisando a Alemanha um ano depois, é preciso avaliar se essa mudança política realmente está acontecendo.

Primeiramente, a limitação da dependência energética foi observada pela Agência Internacional de Energia na expectativa de diminuição de 57% da importação de gás natural da Rússia pela União Europeia de 2021 para 2022. Em segundo lugar, o plano de modernização das Forças Armadas alemão ainda não teve ações significativas. Estabeleceu-se um fundo especial de US\$ 106 bilhões para ajudar nessa mudança do *Bundeswehr*, porém ele ainda não foi utilizado. Além disso, foi também anunciado que os 2% do PIB em gastos de Defesa serão atingidos apenas em 2025.

Existem duas questões importantes dentro do contexto alemão limitando os planos da *Zeitenwende*: o senso de urgência e a relação do país com a Rússia. O senso de

urgência não é grande por conta da proteção dos Estados Unidos (EUA), representada pelo fato de 40% das tropas estadunidenses na Europa estarem na Alemanha. Ao mesmo tempo que possui essa relação com os EUA, seu relacionamento com a Rússia é tradicional por conta da *Ostpolitik*. Formulada no começo dos anos 1970, essa estratégia de política externa tinha como objetivo diminuir as tensões entre Oeste e Leste, apontando a paz como impossível sem o apoio russo. Em 2023, essa política ainda tem suas influências, sendo responsável pelos acordos com a *Gazprom*, estatal russa de gás natural, por exemplo. Considerando que 62% da população alemã estão a favor do aumento de gastos em Defesa, segundo a pesquisa eleitoral *Politbarometer*, as mudanças em relação ao setor são mais uma questão de superação das políticas históricas do país para garantir a própria segurança nacional.

Portanto, o discurso de 2022 teve efeitos paralelos em relação à política alemã. Se por um lado, houve realmente uma diminuição de sua dependência pelo gás natural russo; por outro, a modernização da *Bundeswehr* ainda está estagnada. Por enquanto, argumenta-se, o *Zeitenwende* é apenas um slogan usado por Scholz sem uma mudança concreta.

DOI 10.21544/2446-7014.n180.p10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

A retomada diplomática e reinserção da Síria no cenário regional

Amanda Marini

Mesmo em mais de uma década de confronto armado com atores estatais e grupos paramilitares envolvidos, a Guerra Civil síria tem se mostrado, nos últimos meses similar à guerra de trincheiras, com exceção do nordeste do país, onde ainda se encontram alguns combates e resistências. Algumas reaproximações regionais sinalizam para a reinserção da Síria no tabuleiro geopolítico regional. Assim, como isso tem ocorrido?

Em um contexto de retorno das relações diplomáticas entre Arábia Saudita e Irã ([Boletim 179](#)) — um importante aliado sírio — Riade vem tentando restabelecer suas relações também com Damasco, após o rompimento em 2012, no contexto da eclosão da guerra. Visto que ambos possuem significativas divergências nos campos político e diplomático, este movimento histórico pode ser entendido como um divisor de águas para o governo de Bashar al-Assad, que procura sair do isolamento regional e se reerguer geopoliticamente. Vários Estados regionais, como Emirados Árabes Unidos (EAU) e

Jordânia, parecem ter entendido que al-Assad se manterá no poder, independente das ações em curso no território sírio, dos resultados e das consequências presenciadas. Assim, diante deste contexto, intensificaram-se os esforços para sua reintegração no cenário regional, quadro este que confere ainda mais relevância após o “degelo” das relações com Riade, que representava um considerável entrave para o regresso de Damasco como um *player* no mundo árabe.

Nesta esteira de acontecimentos, al-Assad realizou, recentemente, duas viagens internacionais — a primeira para o Omã e a segunda para os EAU —, um passo importante para fomentar esta aproximação no atual cenário de retomada das relações da Síria com os países da região, visto que compromissos como este ficaram escassos desde a eclosão da guerra civil. Essa jornada também teve como intuito discutir e explorar as melhores soluções para a cooperação e aceleração da estabilidade e do progresso sírio, bem como de seu entorno geográfico, >>>

além de colocar em pauta o possível retorno do país à Liga Árabe, que se reunirá em maio deste ano para tratar dos principais assuntos no que tange à Segurança e Defesa, além de mudanças geopolíticas regionais.

Assim, este panorama vislumbra um novo momento

da posição da Síria na política internacional, sendo o progresso mais considerável desde o início da guerra civil. Após mais de 10 anos, Damasco está se reconstruindo perante a comunidade internacional e regional, com apoio de vizinhos árabes.



DOI 10.21544/2446-7014.n180.p10-11.

RÚSSIA & EX-URSS

Atividades de transbordo no rio Danúbio: um caso de oceanopolítica

Luiza G. Guitarrari

O rio Danúbio é uma via marítima crucial para o comércio do Leste Europeu. Considerado o segundo maior rio da Europa, ele atravessa dez países, com destaque para a Romênia e a Ucrânia. Logo após a eclosão do conflito russo-ucraniano, as trocas comerciais por rios ganharam maior relevância na relação entre esses países, beneficiando-se da proximidade geográfica e fronteira marítima comum. Porém, a Ucrânia mantém-se grande responsável pelo fornecimento mundial de alimentos. Como Kiev poderia garantir a segurança alimentar global a partir de atividades portuárias, marítimas e/ou fluviais?

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, entre 2021 e 2022, as exportações ucranianas de grãos para a Romênia passaram de mil para 1 milhão de toneladas, muito devido a portos fluviais. A relevância comercial dos rios foi atenuada com a implementação da Iniciativa de Grãos

do Mar Negro em julho de 2022, que permitiu à Ucrânia exportar grãos secos através de um corredor marítimo no Mar Negro. Desde então, foram exportadas mais de 23 milhões de toneladas de grãos (77% representados por milho e trigo), das quais 45% se destinaram a países em desenvolvimento.

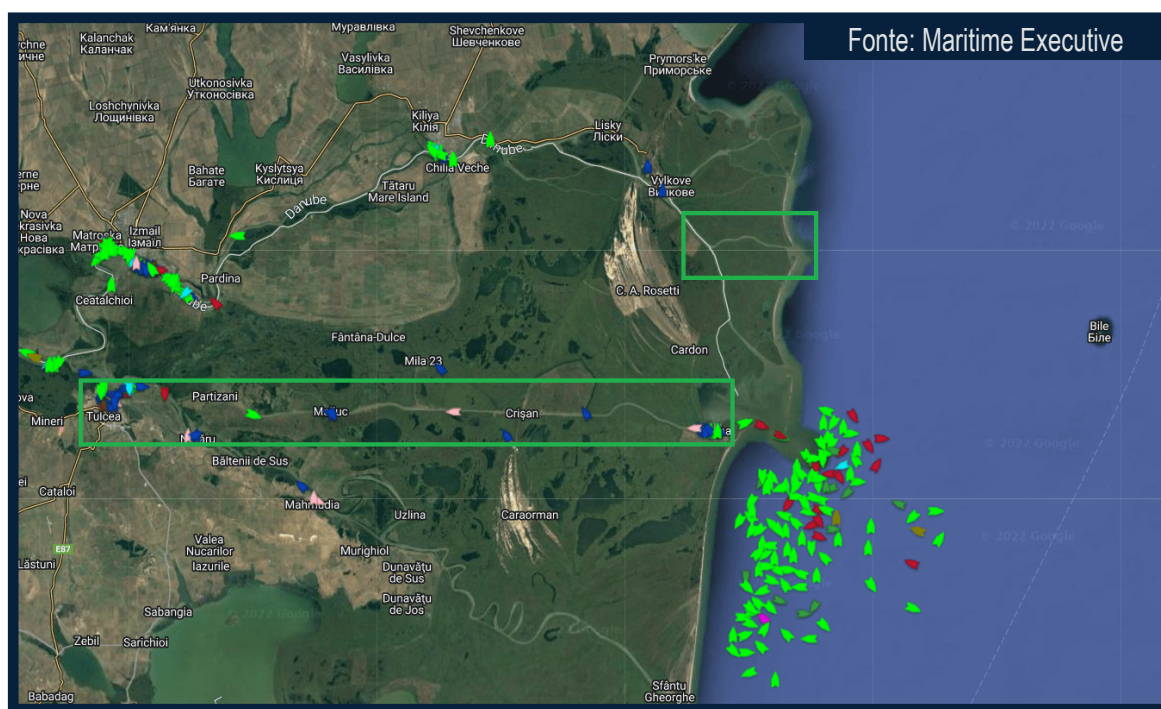
A Iniciativa foi estendida em 18 de março de 2023. Ela pode atenuar a crise alimentar global, mas, diferentemente de negociações anteriores, será prorrogada por apenas 60 dias. A atividade fluvial segue uma alternativa viável, principalmente após retomada da Ilha das Cobras pela Ucrânia. O episódio viabilizou o descongestionamento de embarcações mercantes na região, além das atividades no porto de Reni com navegabilidade para calados rasos.

Diferentemente do longo curso, com escalas em portos internacionais, a navegação por vias interiores, como o Danúbio e Reni, além de fretes mais altos, emprega >>>

navios menores para acomodar os volumes de granel seco, sendo dependentes de transbordo, movimentando a carga de um veículo a outro até seu consumidor final. Nesse escopo, os produtos agrícolas são escoados pelo Canal de Bystroe, na Foz do Danúbio, que, devido a sua baixa profundidade, tem o transporte por navios maiores dificultado. Assim, Romênia e Ucrânia têm cooperado para aumentar a profundidade do Canal, que, desde fevereiro de 2023, ampliou de 3,9m para 6,5m, permitindo

o fluxo de até 5 mil toneladas de grãos secos por navio.

Há, portanto, um crescimento proporcional entre as atividades de transbordo para o Leste Europeu e a segurança alimentar, somado aos esforços de Romênia e Ucrânia. Ambos pretendem dar celeridade no escoamento dos produtos para que, em caso de suspensão do Acordo de Grãos, ao menos parte dos volumes seja comercializada por vias interiores.



DOI 10.21544/2446-7014.n180.p11-12.

Transbordamento do conflito na Ucrânia para a Transnístria?

Pedro Martins

No período que antecedeu o início do conflito russo-ucraniano, determinadas hipóteses e análises foram arquitetadas sobre o transbordamento da crise entre Kiev e Moscou para a Moldávia. Nesse sentido, o presente artigo busca examinar essas conjecturas e os possíveis desdobramentos para a condução das hostilidades no presente momento.

A Transnístria é uma província separatista da Moldávia na fronteira com a Ucrânia, que — à época da Guerra Fria — era sede de fábricas de equipamentos militares da União Soviética, o que lhe confere relevância geográfica e militar, ainda que não tenha reconhecimento internacional. Atualmente, conta com a presença estimada de 1.500 militares russos. Nos meses anteriores ao início do conflito em fevereiro de 2023, analistas internacionais discutiam a possibilidade de que as forças russas estacionadas na localidade poderiam atacar a porção oeste do território ucraniano, o que acabou não acontecendo.

Uma vez iniciado o conflito, o temor passou a ser de que estas tropas avançassem pelo litoral ucraniano até chegar à Transnístria, isolando Kiev do seu acesso ao mar, o que também acabou não acontecendo. No entanto, com o desenrolar do confronto, o prognóstico passou a ser de que as forças ucranianas poderiam atacar a província em busca dos armamentos ali presentes, fortalecido após incidentes na região no segundo trimestre de 2022.

Contudo, qualquer ação militar ucraniana na região seria altamente custosa e com limitados benefícios para Kiev. Primeiro, avanços em direção à província separatista seria considerada uma agressão a um país soberano, a Moldávia; o que prejudicaria não apenas a narrativa ucraniana, mas o próprio fluxo de apoio Ocidental. Segundo, as munições e equipamentos presentes na Transnístria são da época soviética, obsoletos e incompatíveis com os armamentos ocidentais que a Ucrânia tem usado. Ademais, a Moldávia é um país

cuja Constituição estabelece a neutralidade militar, o que não só dificulta qualquer tipo de justificativa para uma ação ucraniana, como poderia abrir mais uma frente de batalha no oeste, complicando as ações no leste.

Nesse sentido, conforme apresentado, apesar das

especulações sobre possíveis investidas militares de Moscou e Kiev, a Transnístria não foi inserida no conflito russo-ucraniano, dado o fato de que tal envolvimento traria um custo maior que os eventuais benefícios.



DOI 10.21544/2446-7014.n180.p12-13.

LESTE ASIÁTICO

Apelos por uma legislação de guerra na China

Philippe Alexandre

Na primeira quinzena de março deste ano, as “Duas Sessões”, evento anual que decide os rumos que a China tomará no curto prazo, foram amplamente acompanhadas no mundo. Embora tenha se divulgado muito sobre o aumento relativo do orçamento destinado à Defesa (7,2%, US\$ 225 bilhões, o segundo maior do mundo), o movimento mais considerável do evento foi a pressão de deputados militares no Congresso Nacional pela criação de uma legislação em tempo de guerra.

Os deputados do Exército Popular de Libertação (PLA, na sigla em inglês) para o Congresso Popular Nacional buscam criar um conjunto de “leis de guerra” na China por meio de emendas à legislação, visando, segundo eles, garantir a defesa, a soberania e os interesses do país por via militar. Zhang Like, Comandante do Distrito Militar Provincial de Shandong, sugeriu que a China deveria pressionar pela “introdução de leis como

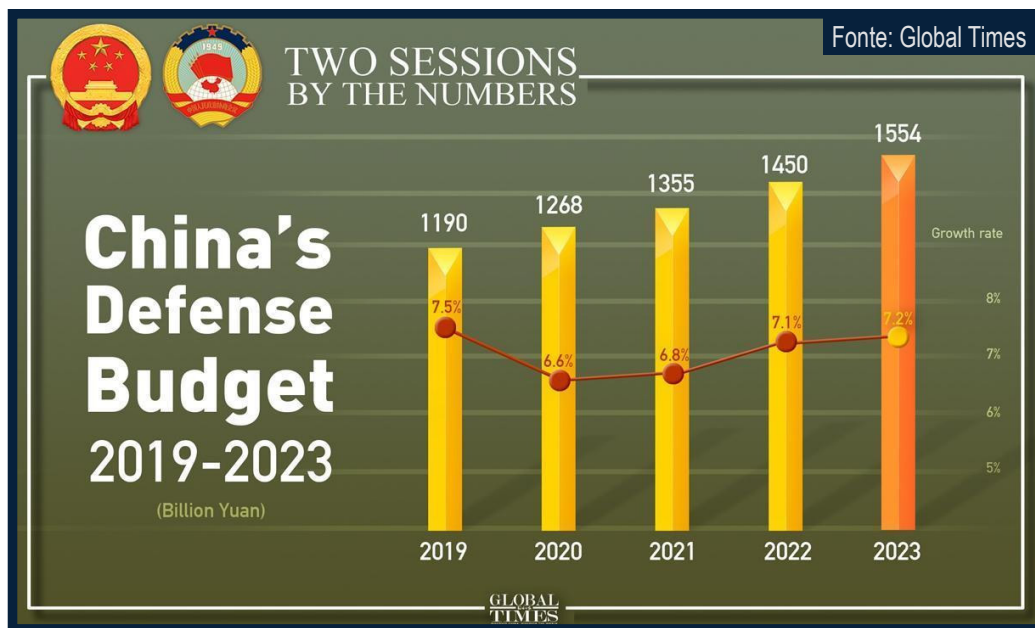
a mobilização de forças de reserva”. Outros deputados defenderam mudanças legislativas relacionadas às operações do PLA no exterior, atualmente em expansão, como o estabelecimento da base militar no Djibuti, além de missões de escolta naval no Golfo de Aden e nas águas da Somália.

Geopoliticamente, o maior desafio chinês é garantir que Taiwan não reivindique formalmente sua independência e, tampouco, obtenha apoio internacional. Para especialistas, a questão de Taiwan é o maior motivo para estabelecer e melhorar o sistema jurídico do país em tempo de guerra. Novas leis adaptariam Pequim às necessidades da guerra de alta tecnologia e fortaleceriam a mobilização das forças de reserva, a requisição de recursos estratégicos e a integração do desenvolvimento militar e civil.

Nos últimos anos, ações têm sido implementadas

nesse sentido: houve alteração da Lei do Serviço Militar e da Lei de Defesa Nacional e foi aprovada uma resolução concedendo aos militares o poder de modificar a aplicação da Lei de Processo Penal durante conflitos. Para um país que possui um complexo entorno

estratégico, para além do preparo econômico, torna-se necessário ter preparo jurídico para lidar com possíveis conflitos. Ainda, deve-se observar as respostas dos EUA, Japão, Índia e outros a essas medidas.



DOI 10.21544/2446-7014.n180.p13-14.

Relações nipo-sul-coreanas: possibilidades através da cooperação pragmática

Thomas Dias Placido e Renan Canellas

Entre 1910 e 1945 a Península Coreana enfrentou a colonização consequente da ocupação militar japonesa, deixando marcas político-sociais profundas nas relações bilaterais entre, atualmente, Coreia do Sul e Japão. Nesse sentido, destaca-se que o encontro entre o Presidente sul-coreano, Yoon Suk Yeol, e o Premiê japonês, Fumio Kishida em março deste ano, apresenta uma possível guinada na dinâmica securitária do Leste Asiático. Observa-se, no entanto, que o distanciamento bilateral entre as duas nações na última década criou uma barreira diplomática, dando lugar a conflitos e desconfianças mútuas. Assim, o presente artigo objetiva demonstrar o peso estratégico da reaproximação entre Coreia do Sul e Japão, atualmente em construção.

O esforço bilateral entre os dois chefes de governo resultou na primeira visita de um presidente sul-coreano ao Japão desde 2011. Ambos os lados fizeram gestos pragmáticos, com Seul retirando sua exigência de que as empresas japonesas compensassem as vítimas sul-coreanas de trabalho forçado durante a Ocupação (1910-1945) e com Tóquio encerrando suas restrições às exportações de chips semicondutores para a Coreia do Sul, em vigor desde 2019; Seul, por sua vez, retirou sua queixa na OMC acerca destas restrições. Diante da reunião, Washington deu as boas-vindas à reaproximação, esperando que laços mais próximos entre os dois países

ajudem a fortalecer a cooperação tripartite entre os Estados Unidos (EUA), o Japão e a Coreia do Sul em questões securitárias. Para os EUA, esse movimento é estratégico, uma vez que a região tem se movido cada vez mais em direção à influência chinesa, notoriamente devido ao seu crescimento econômico e militar.

Destaca-se, entretanto, que uma cooperação pragmática entre esses atores irá salientar ainda mais o dilema de segurança regional, devido à interdependência econômica das duas nações asiáticas em relação à China e ao contínuo programa missilístico norte-coreano — que respondeu ao encontro com o lançamento de um míssil ICBM nas águas da costa leste da Península Coreana horas antes da chegada de Yoon ao Japão. Nesse sentido, Tóquio e Seul atualizaram suas políticas de segurança em 2023, com a estratégia da Coreia do Sul em relação ao Indo-Pacífico mais próxima aos EUA, enfatizando as normas e cooperação internacionais; o Japão, por sua vez, tem revisado documentos basilares para sua segurança nacional.

Em suma, a reaproximação das duas nações pode significar avanços na dinâmica securitária da região, além de fortalecer a cooperação com os EUA. O encontro oferece, assim, um sinal para resolução de desentendimentos históricos entre os dois países, anteriores à Segunda Guerra Mundial.

DOI 10.21544/2446-7014.n180.p14-15.

O atual contexto de segurança interna no Afeganistão

Gabriela Santos

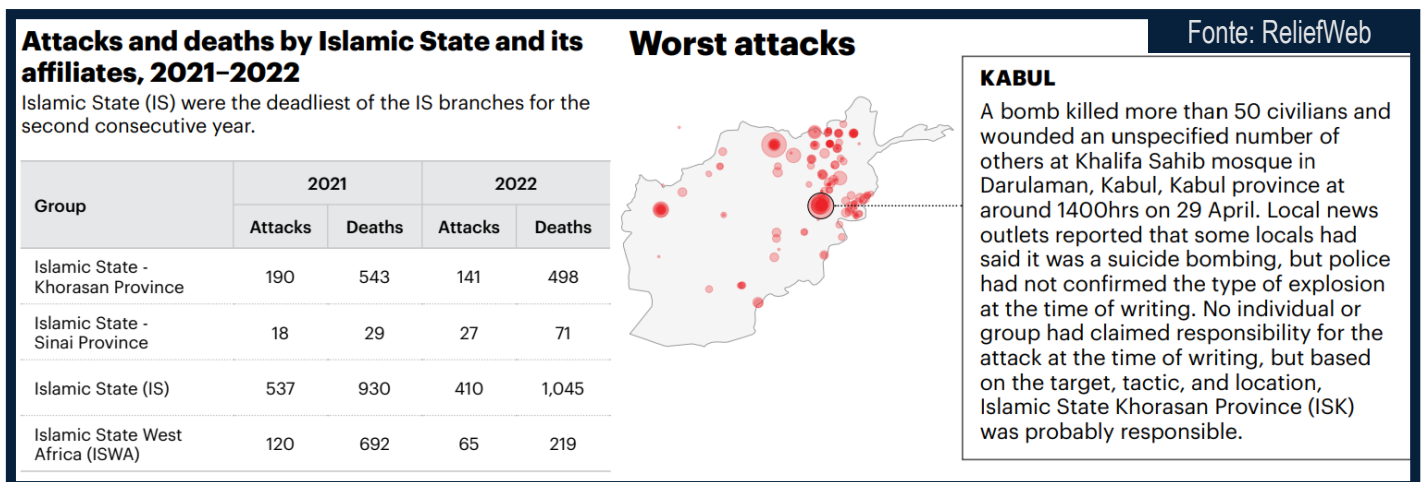
Em 04 de abril de 2023, as forças do Talibã protagonizaram um ataque contra um esconderijo do Estado Islâmico-Khorasan (ISIS-K) na província de Balkh, no norte do Afeganistão. Semanas antes, a detenção de um ativista educacional em Cabul, sob a justificativa de “atividades suspeitas”, provocou indignação da ONU e de outros atores internacionais. Determinados a garantir sua vantagem no controle territorial do país, o Talibã vem atuando com cada vez mais truculência em diversas frentes, intensificando incursões contra grupos armados, ataques e prisões arbitrárias de membros da sociedade. Diante disso, cabe refletir sobre os desafios de segurança internos do país frente ao enrijecimento do regime.

Embora o contexto geral de segurança do Afeganistão tenha melhorado após a retirada das tropas estadunidenses, o país ainda abriga inúmeras células e organizações terroristas, dentre elas o Partido Islâmico do Turquestão, o *Tehrik-i-Taliban Pakistan* e o ISIS-K. Este último, em particular, emergiu como a maior das ameaças ao país nos últimos meses. Desde a retomada do regime Talibã em 2021, o grupo derivado do Estado Islâmico reivindicou a autoria de ataques responsáveis pelos ferimentos e mortes de centenas de pessoas, sendo seus principais alvos minorias étnicas e figuras políticas estrangeiras. Nesse sentido, os atores são motivo de grande preocupação não só internamente, mas também

para os países vizinhos em termos de segurança regional, que vêm exercendo pressões diplomáticas para que o regime atue de forma definitiva contra tais iniciativas terroristas.

Paralelamente aos desafios relativos aos grupos extremistas, as medidas contra estes têm servido para ampliar a repressão contra a sociedade. Organizações em defesa dos direitos humanos e ativistas *in loco* alegam que os civis que se opõem às autoridades são alvos de ataques e repressão sob a justificativa de estarem auxiliando movimentos terroristas. Em inúmeros casos, as autoridades impuseram punições coletivas, torturas, execuções públicas e detiveram pessoas sem o devido processo, especialmente em casos de ex-funcionários do governo deposto.

O Talibã enfrenta dificuldades para contornar adequadamente seus desafios internos, mas é improvável que o país retorne aos altos níveis de violência num futuro próximo. O objetivo principal do regime é evitar que a situação de segurança se agrave, de forma a postergar um cenário no qual seu domínio estaria realmente ameaçado. Em contrapartida, os direitos da população seguem amplamente ameaçados e as autoridades ainda demonstram dificuldade em atender aos receios de segurança da região.



DOI 10.21544/2446-7014.n180.p16.

Filipinas e EUA incluem novas bases militares em acordo de cooperação

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira

Em fevereiro de 2023, as Filipinas anunciaram que quatro bases militares seriam adicionadas ao Acordo Aprimorado de Cooperação em Defesa que o país possui com os Estados Unidos (EDCA, em inglês). O anúncio do Presidente filipino, Ferdinand Marcos Jr., ocorreu em fevereiro, porém somente em abril as localizações foram divulgadas. A maioria delas ficará no norte do país, na ilha de Luzon, e uma na ilha Balabac, no sudoeste.

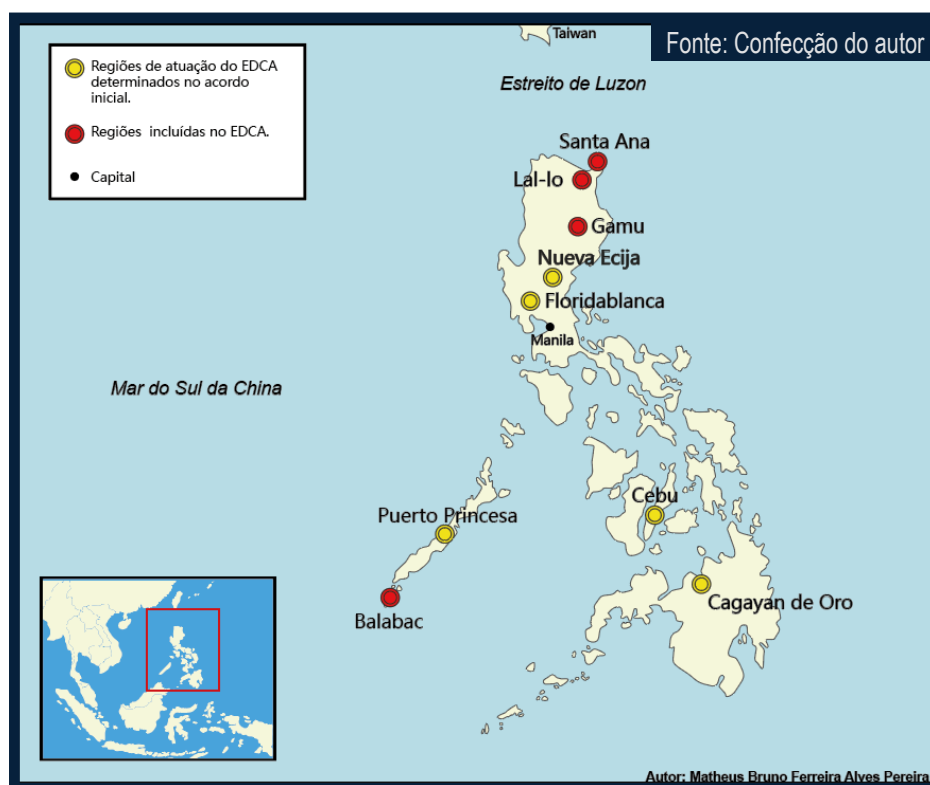
O EDCA foi assinado em 2014 entre Filipinas e Estados Unidos (EUA) como um acordo complementar ao *Visiting Forces Agreement*, o qual permite maior fluxo de militares estadunidenses no arquipélago e intercâmbio de conhecimento técnico. Com o EDCA, os EUA puderam construir instalações não-permanentes para suas tropas nas bases estabelecidas pelo acordo, na medida que obras infraestruturais de modernização fossem realizadas nas bases filipinas e em suas respectivas cidades. Mais de US\$ 80 milhões já foram investidos nas cinco localidades iniciais do acordo.

É possível notar o interesse em pontos próximos às áreas de embates geopolíticos com a China: ao norte, próximo ao Estreito de Luzon, que separa Filipinas de Taiwan, e a de Balabac, próxima à uma província chinesa no Mar do Sul da China. Pequim, por sua vez, acusa Washington de buscar o aumento de sua

presença na região, utilizando o EDCA para montar um aparato capaz de realizar uma contenção à China. Do mesmo modo, questionou se Manila caminha para o preenchimento de seu interesse nacional ou se está deixando levar para o meio de uma disputa regional que pode comprometer a estabilidade local.

O novo acordo marca o retorno de Manila à sua proximidade com Washington, que viu durante o mandato do ex-presidente, Rodrigo Duterte (2016-2022), um afrouxamento de relações dos EUA com sua política inicial de busca de conciliação e aproximação com Pequim.

As Filipinas vêm realizando a modernização de suas Forças Armadas, porém com dificuldades, dado a disponibilidade orçamentária e o questionamento público sobre gastos expressivos na área de Defesa. Desse modo, a expansão do EDCA para mais quatro bases preencheria parte do interesse nacional filipino ao proporcionar a reforma de algumas de suas infraestruturas militares e públicas. Mas, para além disso, seja por meio de exercícios conjuntos ou por intercâmbio de conhecimento, a própria presença dos Estados Unidos é um fator estratégico para as Filipinas, ao passo que inclui novas peças ao tabuleiro regional, buscando que Pequim seja mais comedida em ações futuras.



A cooperação em cibersegurança entre Estados Unidos e Canadá: possibilidades de interpretação

Raquel Spiri

A cibersegurança suscita discussões em todas as suas vertentes: uma das principais diz respeito ao desafio da Soberania e da atribuição de responsabilidade em casos de ciberataques ([Boletim 178](#)). A cooperação internacional no setor cibernético pode ser uma iniciativa válida para a resolver conflitos no setor e evitar que escalonem. Apesar de uma verdadeira cooperação internacional em cibersegurança ter falhado até o momento, alguns países ainda buscam maneiras de firmar tais acordos.

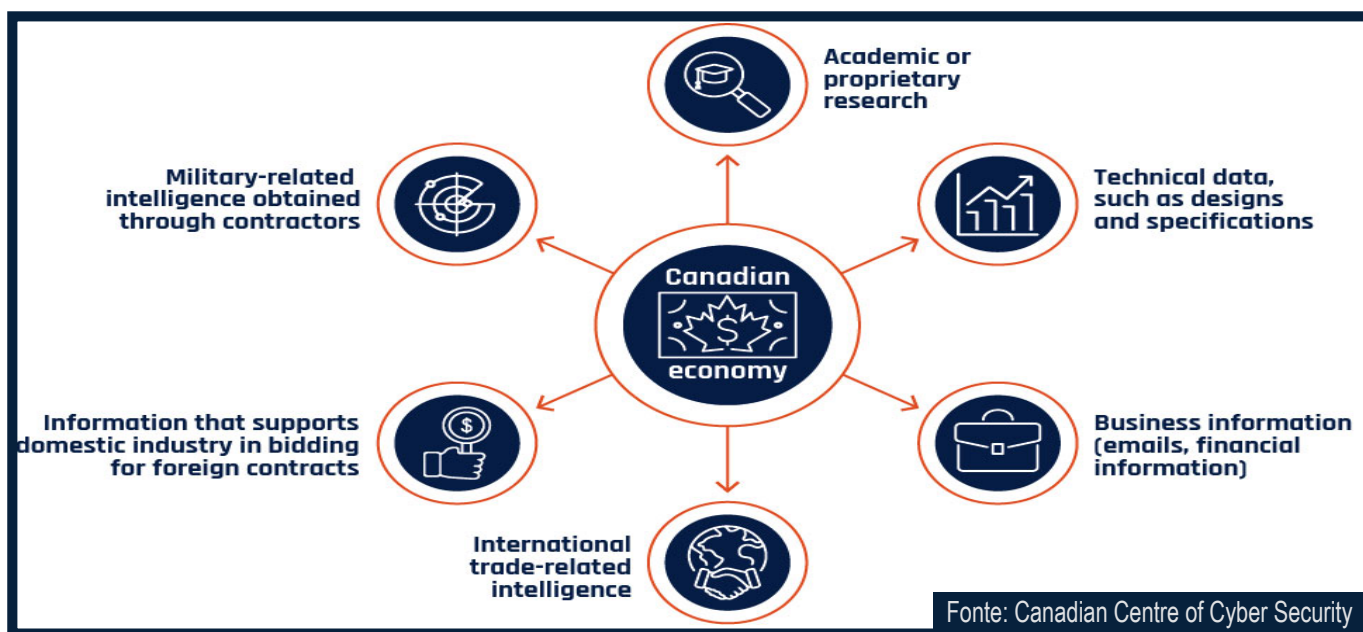
Em notícia publicada após a viagem de Joe Biden ao Canadá em março, os Estados Unidos (EUA) anunciaram uma colaboração no setor cibernético com o país vizinho, visando um futuro mais resiliente e sustentável. De acordo com a notícia, a cooperação binacional tem foco em alguns eixos específicos, a saber: expandir a missão do Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte; a defesa conjunta em infraestrutura crítica; colaboração em pesquisa e desenvolvimento na área de cibersegurança; parcerias com indústrias; e interoperabilidade de tecnologia nas fronteiras.

Entende-se que os EUA reconheceram a importância do ciberespaço e da cibersegurança como uma questão de Defesa Nacional e um acordo de cooperação no setor pode levar a algumas interpretações sobre o cenário internacional. A primeira, uma interpretação sob o viés da Securitização da Escola de Copenhague, diz respeito

à exportação da visão emergencial que os Estados Unidos têm sobre o setor cibernético. Expandir essa interpretação sobre o ciberespaço e a cibersegurança serve também como uma medida para justificar os gastos dos EUA com Defesa, além de se apresentar como uma demonstração de poder internacionalmente.

A segunda diz respeito à possibilidade de acordos regionais mais amplos no setor cibernético se tornarem mais comuns. A cooperação regional com investimentos em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento pode ser uma iniciativa importante para a Inteligência desses países. Discutiu-se anteriormente a dificuldade de atribuição de responsabilidade de ataques cibernéticos e, com a cooperação no setor, identificar tais responsáveis pode se tornar menos dificultoso. Em fevereiro de 2023, a Austrália cobrou da Rússia medidas a serem tomadas contra criminosos cibernéticos organizados ([Boletim 178](#)). Dessa forma, seria possível considerar um futuro acordo em cibersegurança com a Austrália?

A recente definição dos termos do acordo AUKUS, por exemplo, sugere que há interesse internacional em cooperação no setor cibernético. Independente da interpretação que se tome, acordos para cibersegurança, ainda que binacionais, fazem com que analistas de Relações Internacionais prestem cada vez mais atenção no setor, questionando seus motivos e também calculando seus possíveis desdobramentos.



- ▶ [Is Globalization Over?](#)
PROJECT SYNDICATE, Joseph S. NYE, Jr.
- ▶ [The AUKUS Submarine Deal Highlights a Tectonic Shift in the U.S.-Australia Alliance](#)
CARNEGIE, Ashley Townshend
- ▶ [Colombia's Interest in Ending the Venezuelan Crisis](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, Allison Fedirka
- ▶ [US Department of Defense Working on Updated Arctic Strategy](#)
HIGH NORTH NEWS, Malte Humpert
- ▶ [Exploiting China's Maritime Vulnerability](#)
U.S. NAVAL INSTITUTE, Capitão Michael Hanson

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

ABRIL

Principais eventos de 12 a 26 de Abril

14



CHINA

ENCONTRO ENTRE CHEFES DE ESTADO DO BRASIL E DA CHINA

16-18



JAPÃO

REUNIÃO ENTRE MINISTROS DO G7

17



BRASIL

ENCONTRO ENTRE CHANCELERES DO BRASIL E DA RÚSSIA

18-21



NORUEGA

HIGH NORTH DIALOGUE 2023

22-25



PORTUGAL

ENCONTRO ENTRE CHEFES DE ESTADO DO BRASIL E DE PORTUGAL

25-26



ETIÓPIA

RENEWABLE ENERGY INVESTMENT CONFERENCE

25-28



CHILE

REUNIÃO DO FÓRUM DOS PAÍSES DA CELAC SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

26



EUA

ENCONTRO ENTRE CHEFES DE ESTADO DA COREIA DO SUL E DOS ESTADOS UNIDOS

REFERÊNCIAS

- **Dívida sanada: Paraguai paga a última parcela do Tratado de Itaipu ao Brasil**
XAVIER, Getúlio. [Em Itaipu, Lula promete novo acordo entre Brasil e Paraguai com foco na proteção ambiental](#). *Carta Capital*, 16 mar. 2023. Acesso em: 06 abr. 2023.
[Itaipu Binacional encerra dívida histórica para construção da usina](#). *Itaipu Binacional*, 28 fev. 2023. Acesso em: 06 abr. 2023.
- **A contenção migratória de haitianos no Caribe**
[Bahamas seeking to repatriate more than 100 illegal Haitians rescued at sea](#). *Caribbean National Weekly*, 06 mar. 2023. Acesso em: 24 mar. 2023.
MÉRANCOURT, Widlore; COLETTA, Amanda. [Dominican Republic sending children, pregnant migrants back to Haiti](#). *The Washington Post*, 17 mar. 2023. Acesso em: 24 mar. 2023.
- **Projeto Willow: segurança energética estadunidense ou plano exportador?**
GOODRICH, Matthew Miles. [The Willow Oil Project Won't Make Us Safer](#). *The Nation*, 16 mar. 2023. Acesso em: 21 mar. 2023.
Nielsen, E. [What to know about the controversial Willow oil drilling project in Alaska](#). *CNN*, 07 mar. 2023. Acesso em: 21 mar. 2023.
- **Nigéria e as transformações da pirataria no Golfo da Guiné**
[Piracy and Armed Robbery Against Ships: Report for the Period 1 January 2022 - 31 December 2022](#). *International Maritime Bureau*, jan. 2023. Acesso em: 25 mar. 2023.
INGWE, Uchenna. [Murder, kidnapping and arson: Nigerian pirates switch targets from ships to shore](#). *The Guardian*, 17 jan. 2023. Acesso em: 25 mar. 2023.
- **Uma perspectiva sobre a adesão da Finlândia na OTAN**
JOHN, Tara. [Finland joins NATO, doubling military alliance's border with Russia in a blow for Putin](#). *CNN*, 04 abr. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
OTT, Haley. [As Finland gets NATO membership, here's what it means and why it matters](#). *CBS News*, 04 abr. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
- **Zeitenwende: um discurso ou uma nova política alemã?**
DEPETRIS, Daniel; MENON, Rajan. [Germany's military 'Zeitenwende' is off to a slow start](#). *Defense News*, 03 mar. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
BOGDEN, George. [A year after germany's "Sea Change," Policy change remains elusive](#). *War On The Rocks*, 14 mar. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
- **A retomada diplomática e reinserção da Síria no cenário regional**
[Syria's Assad in UAE for second post-quake Gulf visit](#). *Al Jazeera*, 19 mar. 2023. Acesso em: 04 abr. 2023.
ALAM, Kamal. [Syria war: After Iran-Saudi deal, could China be the key to peace?](#) *Middle East Eye*, 29 mar. 2023. Acesso em: 04 abr. 2023.
- **Atividades de transbordo no rio Danúbio: um caso de oceanopolítica**
[A Trade Hope: The impact of the Black Sea Grain Initiative](#). *UNCTAD*, mar. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
POLITYUK, Pavel. [Ukraine, Romania agree to check depths of Danube canals](#). *Reuters*, 09 mar. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
- **Transbordamento do conflito na Ucrânia para a Transnístria?**
SOLOVYOV, Vladimir. [Ukraine War Risks Repercussions for Transnistria](#). *Carnegie Endowment for International Peace*, 23 set. 2022. Acesso em: 07 abr. 2023.
[Crisis in Transnistria: Will the Ukraine conflict spread into other parts of Europe?](#) *RT*, 17 maio 2022. Acesso em: 07 abr. 2023.
- **Apelos por uma legislação de guerra na China**
WANG, Amber. [China's 'two sessions': PLA deputies push for wartime legislation](#). *South China Morning Post*, 11 mar. 2023. Acesso em: 24 mar. 2023.
HE, Laura; MCCARTHY, Simone; CHANG, Wayne. [China to increase defense spending 7.2%, sets economic growth target of 'around 5%' for 2023](#). *CNN*, 8 mar. 2023. Acesso em: 25 mar. 2023.
- **Relações nipo-sul-coreanas: possibilidades através da cooperação pragmática**
AUM, Frank; GALIC, Mirna. [What's Behind Japan and South Korea's Latest Attempt to Mend Ties?](#) *USIP*, 21 mar. 2023. Acesso em: 05 abr. 2023.
JO, Eun A. [Will Yoon's risky wager on Japan pay off?](#) *East Asia Forum*, 6 abr. 2023. Acesso em: 06 abr. 2023.
- **O atual contexto de segurança interna no Afeganistão**
KAROKHAIL, Parwiz. [Killing of Taliban governor spotlights Daesh threat in Afghanistan](#). *ARAB News*, 10 mar. 2023. Acesso em: 05 de abr. 2023.
GUL, Ayaz. [IS-Khorasan Leader in Alleged Audio Message Discusses Afghanistan Losses](#). *VOA News*, 03 abr. 2023. Acesso em: 05 de abr. 2023.
- **Filipinas e EUA incluem novas bases militares em acordo de cooperação**
LENDON, Brad. [US gains military access to Philippine bases close to Taiwan and South China Sea](#). *CNN*, 4 abr. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
STRANGIO, Sebastian. [China Warns Philippines Over US Access to Military Bases](#). *The Diplomat*, 14 mar. 2023. Acesso em: 25 mar. 2023.
- **A cooperação em cibersegurança entre Estados Unidos e Canadá: possibilidades de interpretação**
SANDHU, Neelam. [Canada-United States: Binational Cybersecurity for a More Resilient Today and Sustainable Future](#). *Blackberry*, 13 mar. 2023. Acesso em: 20 mar. 2023.
BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: A new framework for analysis*. *Lynne Rienner Publishers*, 1998.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da

escalada de tensões. Após a seleção dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica. Como também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco.

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [The fight between Armenia and Azerbaijan could spark a wider crisis](#). **Foreign Affairs**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BELARUS - Tensão regional: [‘We need full security guarantees from brotherly Russia,’ says Belarusian president](#). **Anadolu Agency**, 10 abr. 2023. Acesso: 10 abr. 2023.
- BURKINA FASO - Instabilidade sociopolítica: [Burkina Faso: des «comités de veille et de développement» dans tous les villages](#). **RFI**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- HAITI - Crise estrutural: [Haiti gang ambushes, kills 3 policemen as violence soars](#). **Associated Press**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- IÊMEN - Crise humanitária: [Saudi, Omani envoys hold peace talks with Houthi leaders in Yemen](#). **Al Jazeera**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Lebanon still proxy battleground, 50 years after deadly Israel raid](#). **Arab News**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- MALI - Instabilidade sociopolítica: [Mali: Communiqué from The International Mediation](#). **The Guardian Nigeria**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- MIANMAR - Crise Estrutural: [Myanmar coup: Thousands of Burmese flee to Thailand after intense fighting](#). **BBC News**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- PERU - Crise sociopolítica: [Peru's Media Faces a Crisis Within a Crisis](#). **NACLA**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [The fight for Bakhmut: Ukraine says Russia adopting ‘scorched earth’ tactics](#). **Alarabiya News**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Israel hits multiple targets in Syria after rockets fired into Golan Heights](#). **BBC News**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Somalia Army Chief: I am optimistic we shall defeat Al-Shabaab](#). **Garowe Online**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- COREIA DO NORTE - Tensões regionais: [N Korea says tested another underwater nuclear attack ‘drone’](#). **Al Jazeera**, 08 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• ETIÓPIA - Conflitos internos: [Gunfire, protests in Ethiopia's Amhara over plan to disband regional force](#). **Reuters**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• ISRAEL - Instabilidade política e regional: [Israeli army kills Palestinian, settlers march to illegal outpost](#). **Al Jazeera**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Mozambican Government Asks for Help Fighting Terrorism](#). **VOA News**, 31 mar. 2023. Acesso em: 01 abr. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Tensões regionais: [10 million people in Democratic Republic of Congo urgently need aid amidst increased violence](#). **Relief Web**, 05 abr. 2023. Acesso em: 05 abr. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Venezuela doubles down on anti-corruption internal purges](#). **El País**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• AFEGANISTÃO - Crise estrutural: [State Department review of US withdrawal from Afghanistan includes far more findings than White House document](#). **CNN**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• ÁFRICA DO SUL - Crise energética: [South Africa: a programme to attract private investment in hydropower](#). **Afrik 21**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• BOLÍVIA - Instabilidade Política: [El vicepresidente boliviano desafía a Evo Morales en su feudo político y recrudece la guerra en el partido de Gobierno](#). **El País**, 06 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• COLÔMBIA - Conflitos Internos: [Comunidades colombianas piden retomar el cese al fuego con el Clan del Golfo](#). **Swissinfo**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El impacto de las políticas de Bukele en la región](#). **La Tercera**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Ecuador Eases Access to Guns Amid Spike in Violence](#). **Insight Crime**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• EUROPA - Instabilidades internas e tensões com a Rússia: [As the Ukraine war grinds on, the EU finds it needs China more than ever](#). **CNN**, 07 abr. 2023. Acesso: 10 abr. 2023.

• IRÃ - Crise estrutural e regional: [Media, politicians attack Raisi for Iran's economic crisis](#). **Iranian International**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• LÍBIA - Crise estrutural: [Human Rights Watch: Weak UN resolution on Libya exposes EU bias](#). **The Libya Update**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [US Navy sails near South China Sea island militarized by China](#). **CNN**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• NICARÁGUA - Crise política: [Opositora de Daniel Ortega volta a ser presa na Nicarágua](#). **Gazeta do Povo**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• NIGÉRIA - Conflitos internos: [Armed gangs kill 74 in Nigeria's Benue](#). **Reuters**, 08 abr. 2023. Acesso em: 08 abr. 2023.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [With Supreme Court Ruling, Pakistan's Political Crisis Flares Again](#). **Foreign Policy**, 06 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Crise humanitária: [Central African Rebels Release 19 Troops Seized in February](#). **The Defense Post**, 04 abr. 2023. Acesso em: 04 abr. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Tapón del Darién: 87 mil migrantes cruzaron la selva en primer trimestre de 2023](#). **La Prensa Panamá**, 07 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.

- SRI LANKA - Crise estrutural: [Experts warn of risks to Sri Lanka's economic recovery without political consensus on key reforms](#). **The Island Online**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- SUDÃO - Crise política: [Umma Party belittles delay in Sudan's political process](#). **Sudan Tribune**, 09 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.
- TAIWAN - Tensões China-EUA: [As China's 'encirclement' of Taiwan continues, US warship sails through South China Sea](#). **Anadolu Agency**, 10 abr. 2023. Acesso em: 10 abr. 2023.